

## diálogos insurgentes

**Sobre reaprender o significado do trabalho de base, reinventá-lo diante das atuais configurações da realidade e poder “arrancar alegria ao futuro”****About relearning the meaning of grassroots work, reinventing it in the face of current reality configurations and being able to “bring joy to the future”****Ayala Lindabeth Dias Ferreira<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Marabá, Pará, Brasil E-mail: ayalamst@yahoo.com.br.

**Carla Benitez Martins<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Instituto de Humanidades e Letras/Campus dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil. E-mail: carlabenitez@unilab.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1365-560X>.

**Luiz Otávio Ribas<sup>3</sup>**

<sup>3</sup> Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: luizotavioribas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3637-535X>.

Submetido em 27/07/2022

Aceito em 27/07/2022

**Como citar este trabalho**

FERREIRA, Ayala Lindabeth Dias. Sobre reaprender o significado do trabalho de base, reinventá-lo diante das atuais configurações da realidade e poder “arrancar alegria ao futuro”. Entrevista concedida a Carla Benitez Martins e Luiz Otávio Ribas. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 57-84.

**insurgência**

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS  
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.  
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.  
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

## **Sobre reaprender o significado do trabalho de base, reinventá-lo diante das atuais configurações da realidade e poder “arrancar alegria ao futuro”**

Entrevista com Ayala Lindabeth Dias Ferreira realizada por Carla Benitez Martins e Luiz Otávio Ribas

Diante das vidas aceleradas das pessoas envolvidas em celebrar essa conversa que se apresenta aqui como entrevista, foi de fato um precioso momento esse do dia 25 de junho de 2022, de duas horas dedicadas ao diálogo, entre uma agenda e outra de lutas e trabalho, em meio aos festejos de São João.

Carla Benitez e Luiz Ribas, integrantes do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais/IPDMS desde sua fundação, tiveram a oportunidade de entrevistar Ayala Ferreira, pedagoga e integrante do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. Nascida em Tucuruí-PA, militante do MST desde 1999, em Marabá e região, mora atualmente no assentamento da reforma agrária 26 de março.

O convite para essa reflexão integra o presente volume especial da *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, periódico construído em parceria entre o IPDMS e o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da Universidade de Brasília (UnB), em comemoração aos 10 anos do Instituto. Ayala é uma militante valorosa e admirada por nós, assim como uma porta-voz deste movimento social imprescindível nas resistências e enfrentamentos necessários do povo brasileiro nas últimas décadas e que apostou na importância da fundação e consolidação do IPDMS.

A entrevista é uma conversa boa sobre as lições do passado recente, os desafios da atual conjuntura e a ousadia que precisamos fortalecer para construir outro futuro possível. Ademais, Ayala nos brindou com importantíssimas percepções sobre o possível papel de um instituto de pesquisa contra-hegemônico que busca fazer a ponte entre as lutas sociais e as reflexões, usos e desusos do direito, esboçando ideias sobre a necessidade de novas perspectivas para esta agenda de pesquisa engajada.

Ótima leitura a todas, todos e todes nós!

**IPDMS:** Gostaríamos de agradecer muito pela sua disponibilidade. A gente sabe da correria da vida. Poder reservar esse momento para nós é muito significativo. Com certeza, ter as suas impressões sobre a conjuntura e o papel do Instituto será fundamental para o nosso fortalecimento. A gente queria, antes de tudo, que você pudesse se apresentar. Como você gostaria de se apresentar? A gente pensou que você poderia dizer um pouquinho de sua trajetória, sua história de vida, o que você achar pertinente e, dentro disso, dizer como foi o seu encontro com o MST.

**Ayala Ferreira:** Estão preparados para uma hora boa? (risos) É uma forma de esquentar o motor para esta longa conversa. Eu sou a Ayala Ferreira, como costumeiramente eu me apresento. Componho atualmente o Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra. Sou assentada da reforma agrária, num projeto de assentamento chamado 26 de março, aqui no sudeste do Estado do Pará, na cidade de Marabá. Estou no MST desde 1999, já tem uns diazinhos. Como alguns falam "entramos um bando de meninos". Nos desafiando a fazer a luta pela terra. Aqui nesta região, muito marcados ainda – acho que essa foi uma das coisas que me aproximaram do MST – pelo episódio de Eldorado dos Carajás, que é logo aqui do lado. Na região que é o caldeirão das lutas pela terra. Lamentavelmente, dos conflitos gerados na luta pela terra. Então, eu fui muito marcada por essa história. Entrei como muitos entraram no MST, se identificando com a proposta política. Se solidarizando com a luta dos trabalhadores. Entrei como admiradora, poderia dizer isto. Não entrei pelas fileiras da ocupação da terra, com uma necessidade de ter acesso à terra. Isso veio depois. Entrei nessa condição, de uma jovem que veio das comunidades eclesiais de base. Então, eu fui influenciada pelo que sobrou de padres e freiras que tinham o legado da teologia da libertação. Foi toda uma geração de pessoas que depois foram para o PT, foram para o PC do B, outros foram para os movimentos sociais. No meu caso eu fui para o MST. Foi um desafio de que a Igreja cumpriu um papel em nos formar inicialmente, e depois desenvolver o que nós apreendemos em algum espaço de organização de base. Num destino da vida acabei me aproximando do Movimento Sem Terra. O tempo foi passado e quando me dei conta estou até hoje no movimento. Claro, fruto desse processo de inserção no movimento, fui estudar. Acho que esse é um dos legados que o MST pode deixar para a sociedade brasileira. Que é oportunizar para que os sujeitos que estão na organização possam acessar processos de formação e escolarização. Nesta vivência dos processos fui me reconhecendo, me conectando e me reconhecendo, como movimento sem-terra. De repente, o acesso à terra se tornou uma possibilidade, aprender a lidar com a terra. Fez com que eu me somasse a outras 206 famílias que hoje moram aqui no meu assentamento. Exercí, a partir dessa vivência com assentamento, as experiências de formação e escolarização no MST, nas instâncias de direção do movimento. Comecei num setor de formação, fui durante muitos anos atuando no setor de formação. Nos últimos 5 anos assumi

o desafio, com outros camaradas, de coordenar e compor o Coletivo de Direitos humanos do MST. Eu até brinco, "Não tinha que ser em outro momento, tinha que ser logo nesse?". Aí o pessoal "Justamente por isso, tem que ser pessoas do perfil de vocês, que já estão no olho do furacão, sabem o que é enfrentar uma sistemática de violações e seguir sorrindo, resistindo. Então tem que ser vocês mesmo". Então eu estou nessa tarefa no MST, como parte de um amplo coletivo de companheiros e companheiras. Então, resumidamente, a minha história no MST foi isso, de admiradora até se transformar numa membra efetiva da organização. Não tem muitas histórias... Claro, se vocês quiserem saber o que nós aprontamos ao longo desses 22 anos aí a gente pode contar um bocado de história. Como diz o Edgar e uma companheira que mudou recentemente pra região, companheira Emilia: "A história de vocês aqui dá um livro!". Pois é, o problema é quem vai contar essas histórias. Existindo uma região como essa, que tem muitas marcas: a fronteira de expansão do agronegócio na Amazônia começou aqui, ainda nos anos 1960, o projeto dos militares. Fez de tudo que vocês podem imaginar, desde empreender esses grandes projetos que transformaram radicalmente essa região; como incentivou o processo de colonização irresponsável. Porque exclui aqueles que efetivamente precisavam ter acesso à terra, os camponeses sem terra. Então deram para empreendimentos, fundos bancários, concessionárias, montadoras, foi esse pessoal que tiveram acesso à terra aqui na região. Mesclado com a descoberta da mina de Carajás, a maior mina de exploração de minério de ferro do mundo. Então imagina viver num caldeirão como esse. Em que as pessoas, as cidades foram formadas numa formação espontânea. As pessoas foram exploradas por um curto espaço de tempo, depois foram descartadas como se descarta qualquer outra coisa. Neste contexto que a gente foi se forjando. Dá pra ter muita história. Nós nos aventuramos muito para sermos o que nós somos hoje aqui, na região. De construir possibilidades onde não havia, de forma imediata. Porque estava muito bem desenhado para o lado de lá, o projeto de lá. Então, existir assentamento aqui na região não estava no horizonte da política pública, no planejamento dos gabinetes em Brasília. Então faz com que a gente seja uma existência forçada. A gente, de certa forma, se orgulha. Uma região como esta, do sul e sudeste do Pará, que são 517 projetos de assentamentos. Todos são resultado da pressão. Os trabalhadores tiveram que ocupar, pautar, para que o Estado respondesse. Nada foi dado. Isso acaba criando muitas histórias, poderia dizer assim. Sobre como você ocupa, como proteger as pessoas, se proteger. Como você pauta o Estado, mas sem ser a figura, a referência. Porque você vira um alvo fácil para os inimigos. Como você mostra para uma cidade como essa, marcada pela mineração, pelo agronegócio, que a Reforma agrária tem um papel. Os assentamentos têm um papel muito mais emancipador do que esses projetos hegemônicos. Dá pra contar muita história a partir de uma realidade tão marcada, como a que a gente vive aqui. Que não é um caso isolado. Se a gente for olhar outras regiões de nosso país, tem histórias muito parecidas. Mas vamos lá, senão a gente passa a manhã inteira aqui conversando, se vocês aguentarem (risos). Se vocês quiserem conhecer a região, serão bem-vindos.

**IPDMS:** Eu já conheci Marabá. Eu não conheci o assentamento. Eu dei aula para a turma de direito do PRONERA.

**Ayala Ferreira:** Eu acho que eu estava no mundo nesse período. Dia 04 nós vamos começar uma nova turma. Só que vai ser na cidade de Itupiranga. Nós não anunciamos ainda porque nós estávamos com medo. Pelo fato de que esse, diferente do que foi no PRONERA, esse é bancado pelo governo do Estado, que investiu milhões de reais nesses últimos... sobretudo nesse último ano, financiando vários cursos de nível superior aqui no Estado, 97 cursos. Nesse calor, de última hora, porque lamentavelmente isso tem servido de barganha no contexto eleitoral. Tanto que as parcerias são as mais inimagináveis possíveis. Teve essa turma de direito que os professores, no calor de encerramento da turma Frei Henri, disseram "Vamos apresentar". Eles pegaram o projeto que era do Pronera. Só que tem muitas lacunas. Nessas lacunas nós tentamos corrigir algumas coisas. Formou-se a turma, agora com 50. Destes, 27 os movimentos, as comunidades que a gente tem relação reconhecem os sujeitos. Nós vamos deixar iniciar dia 04 para a gente ter um perfil da turma e poder dizer: "É a sétima turma dos movimentos sociais ou não, é uma turma que não sabemos exatamente o que vai ser". Mas tem sido interessante, o desafio. Está acontecendo numa cidade que nós não temos base social. Então vamos começar do zero. Embora tenha umas experiências bem interessantes de comunidades extrativistas e de pescadores, que é na cidade de Itupiranga. Passa o Rio Tocantins, é uma das praias mais bonitas que tem na região. Eu quero é ver a turma estudando, próximo da praia dos Macacos, não vai dar certo (risos). Porque é muito bonita mesmo! Mas vamos ver no que vai dar.

**IPDMS:** Bom saber dessa notícia! Tem um gancho no que você estava colocando. Nesta descrição que você fez sobre esse lugar da mineração, dos projetos extrativistas, dos assentamentos. Você já foi situando um pouco esse contexto do ano que a gente está passando. A primeira pergunta é sobre a conjuntura. Talvez você consiga recuperar a partir deste gancho, um pouco do ano que a gente está passando agora. Que é esse ano onde, por exemplo, o IPDMS completou 10 anos, é o bicentenário da Independência. A gente acumulou nesse período muitas derrotas. Temos eleições em outubro. Está esse cenário de luta, com o desafio maior de derrotar o Bolsonaro e o bolsonarismo. A pergunta, objetivamente, é "O que que a gente pode aprender com as lutas populares do passado, para que no presente a gente consiga ter uma perspectiva de futuro?". Se você puder fazer este

gancho de Carajás, dos projetos de mineração, com esta inflexão eleitoral, como vocês estão analisando a conjuntura?

**Ayala Ferreira:** (risos) Eu acho que essa é a mais fácil, brincadeira. Talvez eu vá compartilhar algo que dias atrás nós reunimos num coletivo nosso de militantes aqui no Estado do Pará. O tema era sobre as eleições e o papel do MST neste contexto e na construção do que nós temos colocado como uma agenda prioritária, que são os comitês populares. Tentando resgatar o que tem sido esse esforço coletivo, da militância popular, da militância de esquerda, em construir os comitês populares como essa ferramenta de trabalho de base. De fazer com que a sociedade, de uma maneira geral, participe das eleições para além daquele dia em que vai na urna teclar e dizer para quem vai votar. Nesse processo a gente discutia duas coisas que eu acho que é importante a gente trazer quando a gente fala de conjuntura neste contexto eleitoral de 2022. Que lições nós temos? Nosso país é permeado por histórias de resistência popular. Só existimos por essa condição, de termos negado tantas coisas que o capital na forma como atuou, e segue atuando, foi estruturando e colocando como questões estruturais. Então, nós temos uma ampla história da resistência, dos setores populares, dos despossuídos. Negando o que se pode dizer assim, essa da propriedade privada da terra. Então, como é que você tem sem terra hoje no país. Há uma construção, lamentavelmente histórica que instituiu a propriedade privada da terra como um privilégio de uma elite. Consequentemente, negando o acesso à terra para aqueles que efetivamente necessitavam e seguem necessitando. Então, essa é uma dimensão da organização popular para enfrentar a concentração da terra como elemento de poder. Outra, essa da dimensão da escravidão, e agora, consequentemente, que explica essas relações racistas que a todo momento nos provoca um sentimento de indignação daquilo que a gente vê todos os dias. Como o escravismo foi se perpetuando e reproduzindo essas que são relações de desigualdade. A gente sabe, que ela tem cor, tem classe, é uma dimensão de como que a resistência popular foi enfrentando isso. Essa negação de deixarmos de ser objetos e nos transformar como seres. Que as nossas diferenças de cor não poderiam e não deveriam ser condição da subordinação, ou de tudo aquilo que a gente tem enfrentado, que representa essas bases do escravismo brasileiro. Por fim, essas lutas que explicam a existência das organizações, dos movimentos populares, de reivindicar o que deveria ser o papel do Estado. Um Estado que nasceu de caráter antipopular. A gente tem vários episódios. Toda vez quando nós, setores organizados, tentamos pautar, enfrentar o Estado, fomos duramente reprimidos. Eu mencionava que aqui na região é o caldeirão da luta, mas também dessa realidade das violências. Os dados da CPT, que em abril lançou mais um caderno, revelam isso, houve um aumento exponencial da violência no campo, nesse contexto da pandemia. Quando eles foram colocar no mapa, o Estado do Pará se destacou. Neste último ano, desses

conflitos por terra, por água e pela defesa da biodiversidade. Até o leque amplia. Antes você tinha muito concentrado no que se refere a conflitos por terra. Agora é conflitos por água e por florestas, por biodiversidade. Assim, como ampliou, antes era muito focado para os homens. Hoje as mulheres foram para o alvo e até mesmo crianças, como teve o caso em Pernambuco. São realidades que a gente tem visto, que mostra esse papel do Estado como instrumento de repressão, de limitar o que deveria ser a participação. Eu falo citando o exemplo da violência aqui porque todas teve a participação de agentes do Estado. Policiais, alguns à paisana, outros no seu dia de folga ia prestar serviço para o latifúndio. Têm outros que abriram empresas privadas de segurança patrimonial e que cumprem esse papel. Então, durante o dia trabalha na polícia e à tarde e à noite, ou nos seus dias de folga, ou nas madrugadas. Porque alguns ataques ocorreram nas madrugadas. Vai cumprir esse serviço extra para o latifúndio. Pego um exemplo, mas você pode citar outros tantos. Deste limite do Estado em negar a perspectiva de participação popular. Então tem esse cenário geral que é um legado histórico, que querendo ou não, vem com força nos dias atuais quando você vê esse racismo estrutural, quando você vê um Estado que foi tomado por forças conservadoras. Que São antipopulares, que não tem nem vergonha de expressar isso. Enquanto você vê o agronegócio, o latifúndio andando a galope, tendo lucros extraordinários. Enquanto a população tá passando uma situação extremamente delicada. Até passar fome. Como que em um ano você sai de 19 para 33,3 milhões de brasileiros passando fome? Enquanto o agronegócio, se teve setores que ficaram muito bilionários no contexto da pandemia, foi o setor do agronegócio, dos que controlam o comércio de alimentos no Brasil. São raízes que vem com força. Que explica isso que a tua pergunta inicial me fez: "Como é que a gente vê os dias atuais?". Dias extremamente difíceis. Difíceis por uma crise, que nós levamos um tempo para compreender o que é essa crise do capital. Como é que ela se materializa na sociedade brasileira, até mesmo a sociedade mundial. Porque não é uma crise isolada. Por isso que a gente diz que é uma crise sistêmica, uma crise de modelo que já impõe limites. Porque não consegue apresentar soluções. Não é uma alternativa para os problemas que a sociedade tem vivido concretamente. É uma crise em que os dias difíceis para nós a pandemia aprofundou. Não venham me dizer, a gente até diz assim, teve setores que ficaram muito mais afetados pela pandemia. Esses setores foram os mais vulneráveis, foram os setores mais pobres no país. Essa é uma questão, dias já são difíceis por uma crise e por uma pandemia. É importante dizer assim, essa crise escancarou que o capital não é essa alternativa para a sociedade. Mas, tampouco temos clareza de qual é a alternativa. Quando você vai perguntar qual é a alternativa? Vai pulverizar, pipocar ideias que podem ser que se somem. Há uma estratégia maior, mas ela ainda não está clara na cabeça de todo mundo. As consequências imediatas é de uma sociedade desalentada. É uma sociedade que tem sofrido as consequências psicológicas, não só físicas, de não ver futuro. Quando você não consegue ver futuro você não se move. Você não se transforma, nem transforma seu meio, seu espaço. Essa é uma questão desses dias difíceis. A ampliação das desigualdades,

quando a gente vai analisar a conjuntura, sempre se apresenta. Se é possível ficar pior para o que é. O mapa da fome é um exemplo concreto desse aprofundamento das desigualdades. Essa diferença dos muito milionários com os extremamente miseráveis. Como é que a gente volta com força a uma realidade que nós imaginávamos que tínhamos superado. O fato é isso, essa desigualdade expressa concretamente o que nós temos dito, de que a conta dessa crise do capital está sendo colocada nas costas nossas, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em nenhum momento os que concentram a riqueza no Brasil e no mundo, levantaram a possibilidade, não é de ficar pobre, é de parar de ficar extremamente rico. Para dizer, olha, nós temos que equilibrar a distribuição de renda se nós quisermos viver em sociedade. Em nenhum momento, parece que há uma vontade incontrolável de acumular cada vez mais. Se isso vai representar a vida miserável de muitas pessoas, não importa, porque eu penso que eles podem estar imaginando construir um outro planeta, um outro mundo, em que nós não precisamos estar. Os setores populares e os pobres não precisarão estar. Então eu penso que é isso, essa coisa de colocar nas costas dos trabalhadores. Eu vivo numa região em que a natureza virou mercadoria. As consequências diretas a gente sabe. Quando você vê bloqueio da reforma agrária, quando você vê o não reconhecimento e demarcação de terras indígenas, quilombolas. É um exemplo concreto que o mercado já viu na natureza essa possibilidade de ter lucros extraordinários. Então, não cabe mais dividir. Pelo contrário, vamos tomar. Porque o que estão liberando para fazer em assentamentos de reforma agrária em terra indígena, em terra quilombola, é coisa assim, a expressão concreta que a natureza deve servir para obtenção destes lucros extraordinários, deve ser mercadoria. Vamos sofrer, estamos sofrendo, há uma tendência de aprofundar as consequências, as contradições de como a natureza deixa de ser um bem e se transforma numa mercadoria. Isto do próprio Estado, como mencionei, está capturado por essas forças, só está a serviço dos interesses do mercado. Todas as ferramentas, todas as transformações administrativas. Mais um direcionamento, na fala política, quem está nas esferas de poder institucional de nosso país é para dizer que "O mercado precisa funcionar. Nós precisamos equilibrar tudo, porque do contrário toda a sociedade vai penar".

Uma falácia, de que nós precisamos nos moldar a partir da lógica do mercado. Então, esse Estado que está mais a serviço do mercado e, conseqüentemente, menos a serviço da sociedade, no que deveria ser a sua função original. Então o desafio é hercúleo. Por isso que as eleições ganham... Para falar a verdade, tudo que se fala de disputa na sociedade ganha uma importância. Porque aí se expressa disputa de projetos. Quando a gente fala que não existe mais terceira via, no país. A disputa está polarizada entre dois polos, que precisam dizer. Pelo menos no nosso lado, precisam dizer mais claramente de que o nosso projeto de fato rivaliza com o projeto hoje capitaneado pelo que nós chamamos desse neoliberalismo, mesclado com dimensões conservadoras. Como é que se expressa esse nosso projeto? Essa é uma pergunta que a gente tem feito, mas que não é um desafio



apenas teórico. Encerro chamando a atenção para o papel dos comitês. Embora a gente tenha que ter muita teoria para fazer o que nós acreditamos. Mas é uma experiência prática, cotidiana, de trabalho com os setores populares. De trabalho com a população de forma geral. O Comitê entra nesse desafio no último período, que é ser este espaço de organização de base. Que vai debater eleições, mas que se propõe ser um espaço para além do debate das eleições. Provocar a sociedade para que diga qual projeto de país a gente quer. Que país queremos. Que não é aquele que a Globo tentou fazer em um minuto na telinha do celular. Um Brasil profundo, que precisa se enraizar nesses vários espaços, nos rincões de nosso país e fazer de fato as perguntas necessárias. Mais do que isso, talvez essa grande tarefa do comitê, que vai para além de outubro, do dia das eleições. Uma vez a gente formalizando, escrevendo e refletindo sobre esse Brasil que queremos. Como isso pode ser instrumento de mobilização popular. Porque na história, não só da existência do MST, mas de todas outras organizações, a gente sabe, que aquelas bandeiras muito claras que estão na organização de cada movimento, só se materializou por meio da organização e da mobilização. Então o comitê cumpre esse papel. Esta é nossa visão das eleições neste ano de 2022: Projetos antagônicos. O Lula vai ter que... O Lula e todos os partidos de esquerda que estão em torno da pessoa, da referência política hoje nas eleições, vai ter que formalizar e expressar concretamente numa plataforma essa dimensão que rivaliza com o projeto, como foi dito, do neoliberalismo conservador materializado no bolsonarismo no Brasil. Ainda, se você me perguntar se já está claro, não está. Quando você vê o que temos presenciado em alguns espaços, eu falo de uma preocupação concreta. Não é a gente querer que eles mudem. Mas como é que a gente aprofunda a nossa organização e a nossa capacidade de mobilização, para fazer com que o programa vá mais à esquerda, aos anseios e as necessidades populares. Então é um desafio que amplia para a gente. Ter a coragem de apontar o dedo e dizer que não temos essa paciência que no passado pediram para a gente ter, não é bem assim. Nós vamos precisar ser mais audaciosos, no sentido de dizer: "Olha, não há tempo". E não é porque nós somos impacientes. A crise não nos permite mais abrir espaço para aguardar. Porque, como eu disse, em um ano as coisas duplicaram, do ponto de vista dessas desigualdades que a gente sente na pele, no cotidiano. A conjuntura é isso, foi isso que a gente conversou nesses dias e saímos com o desafio de fazer 150 comitês populares aqui no Pará. Ainda bem que tem outras, a gente não anda só, outras forças que estão aí também dispostas a construir. Mas é isto, os dias não estão fáceis.

**IPDMS:** Muito bom. Estas primeiras perguntas, falar sobre a história do Brasil, a atualidade, a crise e as perspectivas de futuro, é isso. Não tem como, uma pessoa

com tanta experiência de luta, tantos espaços de reflexão, tanto acúmulo, é fundamental ter essa sua exposição. Eu acho que a segunda pergunta dialoga bastante. Acho que seria mais um aspecto desse seu olhar conjuntural e também estrutural. De uma forma ou de outra, esta primeira fala sua, você trouxe: de um lado esse aumento de aprofundamento da barbárie, de desalento, de falta de perspectiva de futuro, da maioria das pessoas trabalhadoras. Por outro lado, a inquietação como vimos parar aqui, como chegamos a esse ponto. E como verdadeiramente sairmos dessa situação de aprofundamento de barbárie. Você coloca que não há mais esse tempo de espera, temos que ser audaciosos, não temos mais que ter paciência. Dentro disso, a gente bem sabe que tivemos, no último período, um chacoalhar em toda a América Latina. Olhando aqui, principalmente, na perspectiva da América Latina. Claro que a gente pode olhar isso no mundo todo. Mas aqui, falando dos países ao nosso redor, desses que a gente partilha ainda mais uma identidade histórica. A gente queria que você comentasse um pouquinho, olhando aqui para as experiências que a gente chamou de experiências insurgentes, recentes, de outros países latino-americanos, a gente tinha destacado o Chile, todo o processo dos últimos anos, não só institucionais, mas de construção de uma revolta popular, de uma desestabilização da ordem. Agora a gente pode incluir nesta entrevista, a recentíssima eleição colombiana. Como é que você percebe os desafios e até mesmo as diferenças com o caso brasileiro? Como que você percebe e o setor de direitos humanos do MST. Aproximações e também diferenciações dessa experiência histórica recente dos países latino-americanos ao nosso redor e o nosso caso específico, brasileiro. A gente colocou dentro dessa pergunta uma grande questão: Quais tipos de lições podemos tirar das recentes experiências insurgentes latino-americanas?

**Ayala Ferreira:** Preparados para 30 minutos? (risos) Não, brincadeira, gente. Mas eu estava aqui pensando. Eu tinha construído uma ideia de dialogar com vocês sobre essa pergunta, mas me veio agora, acho que outras questões. Primeiro vamos demarcar, não sou especialista em falar de América Latina. Não é um problema só meu, acho que esse é um problema de todos nós, brasileiros e brasileiras, dos setores populares, de esquerda. Nós estamos... nós pouco paramos e refletimos América Latina, nossos hermanos e hermanas. Às vezes vimos com uma desculpa muito fajuta de dizer: "Ah, porque falamos diferente, não temos o mesmo idioma". Mas eu penso que tem muito mais uma empáfia de nosso lado de achar que somos melhores. Não sei como que isso foi sendo construído, mas isso limita. Embora tenhamos superado muito, sobretudo pelas nossas vivências internacionalistas, a partir da construção da Assembleia Internacional dos povos, da ALBA. De outros instrumentos de integração dos povos, mas ainda estamos... Das Brigadas de solidariedade, como a gente tem exercitado, pelo menos no MST, na Via Campesina. Estamos em vários países cumprindo as mais diferentes tarefas, que

governos nunca tiveram coragem de fazer, do ponto de vista das aproximações. Isso tem nos reeducado como a gente pensa a integração como uma dimensão fundamental para a gente superar as relações capitalistas e de dominação que o mundo tem vivido. Que pena. Esse é um desafio que vamos ter que avançar ainda mais em passos largos, se de fato a gente pensa perspectiva de futuro. Mas concordo, ter visto no último dia 19 a vitória na Colômbia, do Petro e da Francia foi uma animação, mexeu fundo com nossos peitos e corações. Aquele processo na Colômbia que a exemplo de outras últimas experiências que a gente foi vendo. Até você mencionou o Chile, na Argentina, na Bolívia com o processo de reeducação popular e retomada das esferas de poder, enfim. A própria Venezuela seguiu naquele esforço de ser esse farol na região. Abriu-se novamente nos dias atuais aquele cenário que nos anos 2000 nós presenciamos, de vários governos que apelidamos de progressistas. Hoje a gente ousa chamar de centro-esquerda, todas estas vitórias a gente sabe que houve a necessidade de fazer composições e alianças com os setores que não têm uma perspectiva socialista e revolucionária como horizonte, mas tinha alguma contradição com o projeto de direita, ou de extrema direita que se configurou em vários desses países que eu mencionei. Essa composição dos dias atuais, em que, de certa forma a gente viveu ali no final de 1990, início de 2000, que fez com que vários países, sobretudo na América do Sul constituíssem governos de caráter mais de esquerda. Foi concreto que naquele período, eu vou pegar esse aspecto para tentar dizer o que seria hoje. Os governos foram respostas da população de que não queriam, não aguentavam mais, como dizem, da expressão concreta do capital materializado pelo Neoliberalismo. Todos países estavam naquele período com aquela agenda pesada das privatizações, da opção pelo agronegócio, desse Estado mínimo. Com as várias reformas que foram se materializando. A própria repressão aos que pensavam diferente, estavam num processo muito intenso, do avanço da agenda neoliberal. Naquele período houve, começando pela Venezuela e foi ampliando, até chegar inclusive no Brasil, com a vitória do Lula no início de 2003. Aquele processo foi vencido com os golpes ou com a retomada da direita. Aqui teve países que passaram pelo golpe, como foi o Paraguai, até chegar aqui no Brasil. A gente dizia: "Não, lá tem as condições para ter, mas aqui não". Eu me lembro exatamente que alguns diziam: "Não, não vai ter golpe". De repente, teve. Para a gente perceber que os nossos processos não são tão distintos assim. A lógica de ver a dominação nessa região se materializa de maneira muito igual, apesar das diferenças territoriais entre a gente. Então vem como os derrotados, passamos toda essa onda de governos que ganham nomes diferentes, mas essa coisa de retomar com força essa agenda neoliberal, para dar continuidade aquele processo que foi interrompido anos anteriores. Eu acho que isso que vem com força nos dias atuais. O que me preocupa, é que a retomada dos governos atuais tenha essa combinação. Teve muitos casos no Chile, na Colômbia, a própria Argentina, em que os setores populares foram para as ruas, deu um sentido mais forte na disputa eleitoral que pode transformar em governos, esses governos que a gente tem visto atual. Mas não é em todos esses países. Tem outros

que tem sido essa concertação, ou melhor, essa mediação entre grupos para enfrentar o que eles chamam de extrema direita. A gente sabe que quando você faz governos de composições tende às vezes a criar coisas que ninguém se identifica. Nem eles e nem nós. Esse é um desafio que está colocado atualmente. Mas eu sempre acredito que quando você vive polarização de projetos, como estamos vivendo agora, em que não cabe terceira via, mas são dois projetos distintos. E sairmos vitoriosos, como temos visto, é um alento, já é uma vitória, podemos dizer assim, que não é suficiente. Talvez essa é a lição que nós aprendemos no período passado. Ganhar as eleições não significa exercer o poder e não significa ter plenamente as nossas bandeiras, nossos anseios materializados em ações de Estado. Se algo que eu poderia dizer, nos dias atuais, é que estamos mais amadurecidos, no sentido de como é que nós materializamos ou forçamos com que se materialize essas nossas bandeiras em governos que vão ter essa característica. Dessas composições que não são tão iguais, homogêneas, como alguns tentam dizer. Compor uma chapa não significa pensar da mesma maneira. Essa forma de atuar que vamos ter que ter habilidade. Mas se eu pudesse tratar do que seria esse desafio nos dias atuais, eu resgataria uma reflexão que fizemos na última reunião da direção nacional, em que nós falávamos da América Latina. Teve algumas questões que nós apontávamos que seriam esses desafios hoje. Para a gente, nesse cenário que é de alegria, porque derrotar o que são os extremismos e o neoliberalismo nas eleições é um alento. Isso nos instiga a nos movimentar, mas essa nossa euforia precisa ser, se transformar, em ações concretas. Lá a gente tratava disso, uma das dimensões é essa, o desafio de superar o neoliberalismo, esse esforço cada vez maior, mesmo num contexto de crise, dos EUA querer ser esta força hegemônica na região. Do ponto de vista econômico, militar, cultural, tudo isso. Como é que nós instituímos um processo de participação e de tomada de decisão contra o neoliberalismo, conseqüentemente, do capital, essa força concreta nas nossas sociedades. Rompendo o que seria qualquer perspectiva de hegemonia, seja americana, mas também dessa hegemonia que a China tenta exercer na região. Que tem as suas diferenças, mas que também é uma outra potência. Abriu essa possibilidade, de que a América Latina e a nossa integração precisa expressar essa pluralidade, inclusive de relações que a gente possa fazer. Não é exercer a relação com uma força única, hegemônica. Mas como é que a gente exerce essa relação com várias outras forças, criando o que a gente chama dessa pluralidade das relações. Não é só na base econômica. Precisa ser essa relação que se materializa nas esferas social, cultural, para de fato ser relações que vão para além de mercados, de relações estritamente comerciais, como às vezes as relações de cooperação entre governos tentam dizer. A gente diz isso não é porque a gente acha só bonito. Porque, concretamente, as brigadas que nós temos em vários países demonstram de que é isso, o que constrói o novo, um cenário como nós vivemos hoje, construir o novo é algo extraordinário.

Falo muito pensando no que o MST e a Via Campesina têm feito na África. De fazer o que nós temos experimentado lá. Um programa massivo de alfabetização na Zâmbia. Tem sido extraordinário, porque a nossa Brigada está em regiões onde o próprio governo não chega. Tem feito um trabalho prioritário com as mulheres, porque pela cultura, pela dinâmica, são as que tiveram os direitos a formação e à educação negados desde a primeira idade. Não é apenas um país analfabeto. É um país em que as mulheres são analfabetas. Então a Brigada tem feito um trabalho extraordinário. A gente viu nas cartas que elas fizeram agradecendo o movimento, agradecendo a Via Campesina. Eu penso muito nesta perspectiva, de integração, quando eu falo que vai para além das relações comerciais. Precisa ser relações de troca daquilo que cada um de nós fomos acumulando. Como a própria Brigada do Haiti, depois do terremoto, a crise dos golpes que ali, naquele pequeno país da América Central, sofreu. Vai uma Brigada em que a meta prioritária é ajudar a produzir alimentos. Vocês sabem que é extremamente difícil a gente transportar sementes. Vocês nem imaginam o malabarismo que a gente faz para fazer chegar 5, 6 quilos de semente num país estrangeiro. A gente sabe que é importante, mesmo respeitando as questões sanitárias, a gente sabe que tem seus riscos. Mas até então as sementes que a gente está levando tem sido extraordinário lá do ponto de vista da produção. Então eu vejo muito esta perspectiva de que a nossa integração daqui pra frente precisa ser múltipla, com vários países. Sobretudo os que são iguais, do ponto de vista das violações e dos limites da sua existência. Construído propositalmente por essa lógica do capital que precisa ter classes e precisa ter desigualdades para se reproduzir. Romper isso aí sendo múltipla a partir de várias dimensões, atuando concretamente nas necessidades das pessoas. A gente precisa de tanta coisa... Para existirmos efetivamente. Eu vejo isso como uma dimensão e é claro, para isso ser mais ampliado, deixar de serem pequenas experiências, a partir dos limites e das possibilidades das organizações, ser uma ação de governos, é mil vezes melhor. Porque você amplia capacidade de atuação, amplia e fortalece ainda mais essas ações que precisa alcançar o país como um todo. Amplia inclusive as dimensões. Esta cooperação pode se dar também imaginando outras esferas. Então ver estas vitórias, como a gente tem visto, sobretudo aqui na América do Sul, pode abrir novamente esse cenário de integração e fortalecimento de instrumentos que ficaram secundarizados com esta ofensiva da extrema direita. Então a Alba, como ser esta alternativa novamente? Criar outros mecanismos de cooperação econômica, que não seja determinada pelo Banco Mundial, nem pelo BID, nem por qualquer outra esfera de interesse do capital. Então construir essas novas ferramentas de integração, novos instrumentos de integração vai ser fundamental, para a gente nesse próximo período. Eu vejo com essa expectativa. Não só eu, mas acho que nós dos movimentos, pelo menos no MST temos debatido muito isso. Sempre fechamos os olhos imaginando. Como é que poderíamos estender ainda mais a nossa atuação no Haiti, na África, estender nossa atuação e integração com a Colômbia, com o Paraguai, com a Argentina, com o Chile, Peru, Bolívia... Imagina se os governos fizerem um pacto em que nós estejamos incluídos,

os setores populares, vai ser extraordinário. No sentido da gente construir ações concretas que efetivamente marcam a história de nosso país. Dizendo que se de 1999 a 2009 tivemos governos que disseram não ao neoliberalismo e construíram outras formas de integração, de 2022 pra frente a gente inaugure um novo período que tenha planos de integração claros em que os setores organizados desses países possam, efetivamente, se aproximar e demonstrar na sua concretude, esse plano de integração na esfera educacional, cultural, sanitária, porque a pandemia ainda é um elemento forte, e econômica, evidentemente. Acho que isso seria a marca para o próximo período, vejo nesse horizonte. Longe ainda, não é que é tão fácil, porque todos nós sabemos das dificuldades, mas quando você vê uma vice-presidente falando, como foi o discurso da Francia. Eu fiquei assim, domingo, eu fiquei muito feliz! Por que não tivemos uma vice como essa? Seria melhor... (risos) Alguém que já entra dizendo. Porque não tem como negar a sua história. Dizer: "Olha, eu sou ambientalista da defesa dos bens da natureza. Sou mulher, então contra o patriarcado. Sou negra, então contra o racismo. e somos nós, os despossuídos que vamos exercer o poder". Pronto, está ali, esta é a plataforma que todos os nossos países, que estão dando resposta ao neoliberalismo conversador, como se materializa no Brasil, precisamos dar. É esta clareza. Isto que eu falo da polarização de projetos. Nós não podemos ter medo de dizer isso, de que nossa dimensão, é isso que a gente quer negar mesmo e enfrentar. Estou movida neste processo de participar das eleições aqui, mas dizendo isso, a nossa vez precisa estar muito claro isso. Sem medo de dizer. Porque esse é o primeiro passo, para depois a gente materializar isso em ações. Porque legítima nossa atuação. Não é que o governo, por si só, eu encerro falando isso, vai fazer isso. Mas ela dá a deixa que os setores organizados da Colômbia precisa provocar, para que de fato o governo cumpra esse papel, de romper essas relações de dominação do capital. Que passa pelo patriarcado, pelo racismo, pela propriedade privada, pela mercantilização dos bens da natureza. Então é isso, ela deu a deixa, significa que os setores populares organizados da Colômbia tem um desafio muito grande. Da Colômbia mais ainda, porque diferente de outros países, são muitas forças. São os militares, os paramilitares, o braço muito presente. Não é escondido, muito claro, dos EUA nas várias bases materializadas naquele país. O desafio é muito grande. Em que houve em mais de 40 anos tentativas direcionadas de assassinar as lideranças nas organizações. Mesmo com o acordo de paz, seguiram ainda assassinando. Não é fácil você forjar um quadro. Você leva longos anos. De repente, quando tem um Estado que vai eliminando gradativamente, significa que as organizações também passam por uma certa fragilidade, quando você perde suas referências políticas. Eu vejo isso como um desafio também lá. Depois de toda uma geração, é a primeira vez que o setor popular chega ao poder. Isso por si só, demonstra de que é sim, é possível fazer estas transformações que a gente quer. É sério, vocês não ficaram emocionados? Eu fiquei, eu me vi ali. Ah falei, poh, eu queria ter ido pra Colômbia para assistir.



CONSTRUIR  
A AGRARIA POPULAR

CONSEJO NACIONAL DO M...

CONSEJO BASE

RICADA  
En el...





**IPDMS:** Com certeza! Esta pergunta já encaminha a próxima. A vitória nas eleições leva, de novo, a uma janela de possibilidades de mudança do Estado. Que você já colocou na resposta da questão anterior, que é bastante limitado, insuficiente foi a palavra que você usou. Se você pudesse refletir um pouco mais sobre isso conosco. Mais no sentido da contribuição dos movimentos sociais populares. Você citou vários exemplos, de alfabetização, as turmas do Pronera. Que são tentativas dos movimentos sociais populares de também mudar a realidade social e as instituições, o Estado. Então você também estudiosa do direito que é, como percebe isso no campo jurídico? Os limites também, por exemplo, do setor de direitos humanos do MST nessa luta no campo jurídico frente ao Estado brasileiro. Como você fez em todas as perguntas, a gente está gostando muito, dessa dimensão estrutural. Como que toda essa dificuldade, essa insuficiência, reflete questões estruturais que precisam também ser enfrentadas. Se pudesse falar um pouco mais sobre isso também, nesse mesmo sentido que você já começou, pudesse aprofundar um pouquinho mais.

**Ayala Ferreira:** O famoso Estado, não é? Nossa primeira escola de formação no movimento sem terra é como funciona a sociedade. É o nosso primeiro curso. A gente sempre traz um bocado de gente sabida pra falar com a gente sobre isso. É inevitável falar do Estado. Claro, aquela clássica análise que a gente concorda, de que o Estado cumpre um papel em uma sociedade capitalista. Foi criado inclusive para ser esse instrumento de reprodução da força hegemônica. Sempre vai ser este instrumento quando nós falarmos de uma sociedade, em que as relações são capitalistas. Essa é a primeira grande aula. Então a gente chuta o pau da barraca e dane-se o Estado, porque não cumpre uma função? Não é bem isso. Amplia-se que seria talvez o nosso papel. Nós compreendemos, nós temos claro da nossa estratégia política, nossa finalidade é instituir uma outra sociedade, que até então nós aprendemos na nossa experiência de que é uma sociedade socialista. Embora em alguns países, e em algumas localidades, essa palavra que cria uma certa resistência. Como um projeto geral é o nosso horizonte. Mas também somos organizações que para construir esse processo também foi incluindo o que chamamos da nossa relação, nossa dimensão sindical, de um cotidiano em que as pessoas têm necessidades. Essas necessidades precisam ser supridas. São supridas pela capacidade de governos, ou de estados, de operar essas iniciativas através das políticas públicas. O MST tem 38 anos de existência. Esta foi sempre a nossa, a combinação de nossa existência, ser uma organização que enfrenta uma dimensão estrutural, que é a concentração da terra, de reprodução de um sistema que precisa da concentração da terra para se manter. Então enfrenta um elemento que é estrutural. Organiza aqueles que não foram incluídos de forma nenhuma nas ações

desse Estado, os sem terra, os despossuídos, dá uma natureza política a esses sujeitos, confrontando essa dimensão estrutural, que é ocupar o latifúndio. Que é impensável na classe dominante, essa é a maior afronta, por isso que eles são tão raivosos. Quando perdem os mandatos de reintegração de posse. Ali não é apenas uma discordância, ali é ódio. Quando você lê algumas sentenças, você fica até pensando, esse aí tem ódio mesmo. Esse aí tem classe, ele tem lado. Então enfrenta essa estrutura concentrada ocupando terra, e a partir daí abre um leque de outras necessidades que até então não estava tão posta. Porque a necessidade imediata do indivíduo é comer e se alimentar. Depois que vai ampliando por outras necessidades. Uma vez que essa necessidade imediata está suprida. A própria existência nossa foi dando um novo sentido de reivindicação do Estado, que na nossa aula clássica diz que não é necessário, porque cumpre uma outra tarefa. Gosto desta ideia de que as necessidades fazem com que a gente busque esses novos sentidos. Essa reivindicação do Estado que é algo, numa realidade como a nossa, um país como o nosso, é algo extraordinário. Porque o que mais incomoda os donos do poder é quando a gente pauta o Estado. Nossa, expressa pela violência, mas também expressa pela fala: "Como assim, vocês invadirem um órgão público? Como assim essa pauta? Vocês não estão pedindo muito?". Quantas vezes eu escutei isto em mesas de negociação...

"Vocês não acham que é muito?". Nós, não, isso é que nós queremos. Então essa coisa de achar que está fazendo um favor. Ou que o que estamos demandando é muito. Que eles não têm condições de implementar. Incrível isso! Eu não escutei isto apenas de governos de direita não. Escutei muito de companheiros que estiveram por 3 mandatos e meio no poder. Eu falo da esfera federal, mas nos municípios, nos estados, são a mesma coisa. De achar que tudo que a gente pede é demais, que eles não têm condições. Acho que esta é uma dimensão que é importante a gente tratar. O Estado é pautado por nós por uma necessidade concreta. Em que os sujeitos, estes despossuídos, estão demandando a partir da ampliação das suas necessidades. É extraordinário quando você faz uma ocupação de terra, você constrói um acampamento. A primeira coisa que aquelas famílias reivindicam, dizem "Olha, nós precisamos ter um espaço de uma escola, para colocar a molecada". Isso embora já está no nosso jeito, a gente já sabe. Quando faz a ocupação tem passo 2, passo 3, a gente já sabe. Mas essa necessidade pautada pelas famílias é algo extraordinário. Quando a gente fala da Escola, não é só o barracão. De repente ter a equipe que vai ter que ir na prefeitura pra reivindicar esse direito. De que lá naquele acampamento precisa ter a escola. Que o município precisa reconhecer, porque tem que certificar a molecada no final do ano. Precisa fazer com que a alimentação chegue lá. Acho que essa coisa de reivindicar o estado por uma necessidade abre um horizonte de que nós como sujeitos de direitos temos a tarefa de pautar o Estado e o Estado tem a obrigação de responder positivamente a essas necessidades, dos sujeitos. É importante, porque é o que abre as condições de nós vivermos. Como nós chamamos, com essa certa dignidade. Claro que as

conquistas são extraordinárias! Porque quando você entra num assentamento, já consolidado, saiu da fase de acampamento e você vê vários instrumentos, várias ferramentas, que a gente sabe que é política pública materializada, é o que a gente vê de coisa extraordinária e bonita. Que nós poderíamos fazer, mas não seria a mesma coisa. Porque o Estado estaria fora. É o que eles mais querem, estarem cada vez mais distantes da vida dos setores populares. Da vida da população e cumprindo só aquilo que na sua origem está definido, que é cumprir os interesses de uma classe dominante, de uma elite que é tão oportunista, que é tão oportunista, que se apropria de tudo que o Estado organiza, oferece, para se manterem como privilegiados. Estes mesmos oportunistas que dizem que estamos pedindo muito. Esses mesmos oportunistas que a todo momento aparecem para dizer "Sistema de quotas, que absurdo! Reforma agrária, que absurdo! Distribuir terra, que absurdo! Mais escolas?". Porque agora eles estão fechando escola do campo, porque dizem que é muito caro para o estado. Esses absurdos deles que eles não aplicam quando vão se apropriar dos recursos públicos para manter seus privilégios. Então essa é uma dimensão que precisamos tratar. Claro que, olhando as nossas turmas, nós formamos recentemente 6 turmas, mais ou menos 300 indivíduos, que estão operando. Alguns atuando como advogados e advogadas, outros estão em cursos de pós-graduação. Querendo entrar inclusive para serem professores das novas turmas. Tem outros que estão se dedicando a pesquisa. Tem outros que estão na militância mesmo, política, e não exercendo a profissão. Enfim. Mas são esses 300 indivíduos que nós estamos lidando e penso que a atuação deles tem sido interessante, primeiro por isso. Nós nos apropriamos de uma... estamos tendo uma fundamentação teórica em que problematiza Estado e as esferas de poder, inclusive do judiciário que até então nós pouco ou nada falávamos. Desnaturalizar, desconstruir, uma estrutura que foi feita para nós não falarmos dela. Tem sido uma experiência interessante, as turmas têm nos provocado a pensar e a criticar essa estrutura que até então nós não fazíamos. Nós falamos muito mal, criticamos o executivo, nós falamos do legislativo, mas quando chegava na esfera do judiciário, nós: "Será que se falar mal, isso vai dar o que? Eu vou sair preso daqui?". Porque essa coisa de analisar de forma igual, como olhamos outras esferas de poder, tem sido uma experiência interessante. Mas tem sido mais ainda, porque tem nos ajudado a instrumentalizar para aprofundar a natureza reivindicatória nossa, enquanto sujeitos que, assim como nós temos o horizonte da transformação, nós também temos a nossa esfera sindical, que demanda todos os dias com que as ações do Estado se materializem nos territórios. Então tem sido interessante, porque tem nos ajudado a posicionar melhor essas nossas reivindicações, negadas cotidianamente, onde a gente tem atuado. No sentido de que tem momento em que o conflito é o instrumento de mediação, mas tem outros que a negociação também tem sido um instrumento de mediação entre os sujeitos. A negociação. Então acho que esse processo de formação tem nos ajudado a qualificar nesse sentido a nossa atuação. Um exemplo concreto disso, acho que foi no contexto da pandemia. Nós demos trabalho para o STF nesses dias. Acho que eles nunca trabalharam tanto

como trabalharam nesses últimos períodos com as ADPFs, porque dá trabalho pra eles. Dá pra gente, porque juntar vários advogados e advogadas, materializar em 15 a 20 páginas, o que nós temos dito que o governo não tem feito em questões tão básicas. Saúde, num contexto da pandemia. Qualquer governo com clareza do seu papel, da sua responsabilidade, poderia fazer. Paralisar processos já avançados de distribuição de terra, como fizeram com a reforma agrária. Estou dando esses exemplos porque foram as ações que entraram. É resultado disso, como é que você transforma a natureza do conflito, a natureza de enfrentamento do Estado. Eu penso que as turmas, não falo só do direito, todas as nossas turmas que nós botamos essa molecada nossa para ir para as universidades, qualificar a nossa... como fala... melhorar a nossa argumentação teórica para qualificar a nossa atuação, tem sido uma experiência muito interessante. Quando eu falo, penso e reflito sobre o Estado, eu vejo essa como uma de nossas decisões acertadíssimas, na nossa existência nesses anos no próprio MST, na Via Campesina. Em outros setores populares. A gente também educou que outros fossem reivindicar esse direito a educação como elemento de avanço da nossa pauta e da possibilidade de nossas conquistas. Eu não sei se eu respondi, mas eu fiquei pensando nessa pergunta sobre, afinal de contas, nós bota esse povo na universidade, o que a gente tem obtido mesmo? Além, é claro, de termos setores pobres na universidade já é uma baita conquista, numa sociedade em que o direito a educação historicamente foi negado.

Já é uma dimensão extraordinária. Mas também de pensar a qualificação de nossa própria atuação. Têm conquistas que se estabelecem com o conflito instituído. Então o sujeito coletivo em movimento, em mobilização para exigir a materialização daquela ação feita pelo governo, pelo estado. Agora, essa outra dimensão que é uma ferramenta tão poderosa quanto da mobilização. É isso, você junta indivíduos que elaboram e vão pautar. Essas esferas de poder, como falamos, se são 3 poderes constituídos, pois estes 3 poderes constituídos precisam cumprir a sua função na sociedade. Do contrário, nós estamos pagando pessoas que não cumprem, como nós chamamos, a sua famosa função. Imagina, até 2 anos atrás, se perguntasse para dirigentes nossos, 5 dos nomes dos ministros do STF não saberiam dizer. Hoje está todo mundo na ponta da língua. Já até sabem a distinção entre poderes, o papel dos ministros, os tribunais, já não vê mais como aqueles que só dão as sentenças. Embora a maioria são isso, mais contrários a nós do que a favor. Mas é um campo de disputa.

Essa é uma dimensão que nós, pelo contexto da pandemia, mas também, por esses processos de formação, a gente foi obtendo. Assim como nos aproximamos de muita gente boa, que pode contribuir quando a gente fala em projeto de desenvolvimento para o país, que passa na reformulação das leis e na reformulação das esferas administrativas no Brasil. Futuramente isso vai ser decisivo, porque o que esses caras desconstruíram ao longo de 2016 para cá, incentivado por um

golpe, que foi legitimado por estas esferas de poder. Mais recentemente por esse governo, não está escrito no gíbi. É um desafio de recolocar muitas coisas, reconstruir aprofundando inclusive, algumas legislações que eram uma concertação. Mas já que eles desconstruíram, então vamos reconstruir aprofundando algumas coisas. Olha o papel que vai ser decisivo da luta popular, mas também dos operadores do direito para reconstruir muita coisa, como alguns brincam aí chamando, para a gente reconstruir muita coisa aprofundando essas dimensões. Falo na esfera ambiental, mas você pode ampliar para a esfera social. Então tem tantas dimensões que nós vamos ter o desafio grande de debater e reconstruir dando cada vez mais esse caráter popular. Não é só os 300 que a gente formou. Vamos ter que fazer um esforço muito maior. Talvez, talvez não, acho que uma das perguntas que vocês fizeram tinha a ver sobre o papel do IPDMS. O que poderia ser, gente, é muita coisa! Fico pensando, esta dimensão de seguir aprofundando a pesquisa, mas também se conectando com essas aberturas que vão... que se colocaram no último período. De coisas simples, como ajudar a participar das jornadas universitárias de apoio à reforma agrária. Na pandemia, nós mobilizamos 68 universidades e institutos superiores de ensino, fazendo jornadas belíssimas, que vai para além de colocar uma mesa formal, mas é a vivência da mística, é mobilizar os sujeitos, é alimentar o sonho. Desta coisa mais simples, até a dimensão mais complexa que demanda um esforço muito grande, de construir sobre muitas bases, muitas mãos, do ponto de vista da operação do direito, esses anseios, dos setores populares. Como é que você recoloca a reforma agrária popular, porque nós falamos que a reforma agrária clássica, aquela que estava na aula de vocês no Direito, já não cabe mais no atual estágio de desenvolvimento do capital. É uma outra reforma agrária, apelidamos como reforma agrária popular. Do ponto de vista teórico, está aqui, mas materializar isso, do ponto de vista administrativo, da mudança da legislação, é algo que ainda não temos feito. Operar isso com estas mudanças que a dinâmica dos movimentos foram colocando. Então eu vejo isso com esse desafio. Pego a reforma agrária, mas se for conversar com o movimento negro eles vão colocar. Se for falar com os movimentos feministas, também vão colocar. Se for falar, enfim, com a juventude, aparecerão muitas necessidades e que nós vamos precisar inaugurar, inclusive, novos conceitos para dar conta desses anseios da sociedade. O extraordinário, que não é coisa que vai sair da cabeça dos tais pesquisadores. Os pesquisadores vão ter que ter essa imersão na dinâmica, para sentir, nessa relação direta com os sujeitos o que de fato precisa ser repensado. Olha a inversão da coisa. A gente foi para a universidade, lá pensou muita coisa. Temos dinamizado a forma das organizações atuar. Esses que estão na universidade, precisa também fazer esse percurso para sentir essas necessidades que têm sido colocadas nas reformulações. Eu falo isso não é pensando só no instituto não. Em outros espaços também, que a gente tem de pesquisa, que nós ajudamos a fomentar o que, de vez em quando, o pessoal vem nos provocar: "O que acha que deve ser a nossa tarefa?". Cada vez mais, é uma imersão nos espaços dos setores organizados. Porque lá que virão as ideias e as necessidades para

reformulação das ideias. As ideias até então instituídas, em muitas dimensões, já não contempla mais a gente. Acho que essa é a coisa que estávamos falando. Tem muita coisa que está formulada, está escrita, está sistematizada, que já não contempla mais essas nossas necessidades. Porque tudo mudou, a realidade mudou, nós como parte dessa realidade mudamos. Há esse desafio de construir esses novos cenários, essas novas possibilidades que estão turvas. Novas necessidades demandam ideias novas. E se a gente aprende na luta, andando nos territórios, quer ver um militante oxigenado, é um militante que está inserido nos territórios. Quando ele está meio assim, não sabe, em crise: "Não sei se eu devo seguir ou não. É muito sacrifício!". A gente sabe que de fato é. Aquele cara que está tão distante, tão distante da base, que dá esse desânimo mesmo. Quando você está metido nos territórios, conversando com as pessoas, tomando aquele café com borra, que abaixa quando jogam uma pedra de carvão dentro, porque o coador não está lá, no meio da ocupação. Quando você está na sala de aula quente, mas está vendo a molecada querendo aprender, isso que faz com que oxigene, alimente os nossos corações. Cara, nós temos uma tarefa ainda muito grande. Então não dá para ter espaço para desânimo. Você pode até cansar um pouquinho. Tem essa frase de que na luta do povo ninguém se cansa, é mentira. Tem dia que cansa e quer só dormir. Mas, essa coisa mesmo de se sentir necessário. Só nesse processo de envolvimento, mesmo. Eu não sei se vocês debateram isso no seminário. Mas eu vejo isso como uma necessidade no próximo período. Não só porque vamos tentar mudar quem vai conduzir esse grande veleiro chamado país. Mas, nós nos vemos como esse sujeito fundamental para que esse veleiro vai cada vez mais à esquerda. Acho que é esse o desafio. Não basta só gente na rua mobilizada. Essa mobilização também se materializa em referências teóricas para as novas formações. Mas também para as novas políticas que precisarão ser implementadas.

**IPDMS:** A gente está entusiasmadíssimo em te escutar! O último bloco que a gente tinha pensado, acredito que já tenha sido contemplado na última parte da sua fala. Eu vou só colocar aqui para se você quiser fazer algum complemento. A gente foi se sentindo contemplado, enquanto você falava. Estamos te entrevistando para um dossiê sobre os 10 anos do IPDMS. É um momento também de balanço, da gente poder, mais do que tudo, ouvir os movimentos sociais que são o nosso farol, a razão de existência mesma do instituto. São os nossos parceiros. O MST, em especial, teve um papel muito importante na criação do IPDMS, há 10 anos atrás. Basicamente, tínhamos pensado em te pergunto, primeiro, sobre qual é, qual pode ser o papel do Instituto na formação de quadros para a advocacia popular, para a pesquisa e para a docência? Nessa luta árida que você traduziu até agora, no, com e contra o Estado e o Direito. No empenho que os movimentos vêm tendo,

historicamente, de também formar quadros para essa disputa, qual o papel que o IPDMS pode ainda cumprir? Outro aspecto que a gente tinha levantado era quanto às pesquisas. A gente está desde 2020 empenhando uma pesquisa nacional, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre os massacres do campo na nova República, pensando o papel do sistema de justiça criminal, na perpetuação de uma impunidade estrutural. Inclusive a nossa pesquisa olha muito atentamente para o Pará e os conflitos no sul e no sudeste do Pará, entendendo as particularidades da violência no campo nessa região. Tem sido uma pesquisa muito exitosa e muito desafiante. Uma das coisas que a gente se perguntava era justamente qual seria esse lugar da pesquisa militante, para vocês do MST, pesquisar a práxis dos movimentos sociais seria tão importante quanto pesquisar a ação das classes dominantes? Pesquisar o "inimigo", digamos assim. Que tipo de pesquisa vocês entendem que seria, hoje, mais relevante para fortalecer a atuação dos movimentos sociais e a transformação radical da realidade? Você já disse muito sobre o como. Que esta pesquisa tem que estar enraizada. Se você quiser trazer sugestões para a gente, de temáticas, campos que precisem ter um olhar atento do Instituto, questões que são pulsantes para a nossa realidade. Acho que seria muito interessante. No fim, se tiver alguma outra sugestão, de iniciativa. Poder ouvir os seus conselhos, mais do que tudo, é o que nos importa.

Seria mais um balanço final mesmo, o que você achar que ainda é importante ser dito, de recomendações, sobre qual é o lugar do Instituto no fortalecimento das nossas lutas no campo popular e revolucionário brasileiro.

**Ayala Ferreira:** O nome do Instituto é bem audacioso! Instituto de pesquisa, direitos e movimentos sociais. Isto é tudo e um pouquinho mais (risos). É grande e, portanto, as provocações também precisam estar à altura, do nome, do propósito e da própria forma que surgiu o IPDMS. Não tenho respostas para tudo isto não. Até porque tem questões, quando fala das crises que nós estamos vivendo, também foi das crises no nosso campo, da esquerda. A gente precisa forjar novos instrumentos. Imagina, estamos trabalhando, existindo com os instrumentos que foram criados no último ascenso da luta de massas, dos anos 1980. O próprio MST é fruto desse processo, a CUT, o PT. Todas as ferramentas criadas naquele ascenso das lutas pela democracia, pelo fim da ditadura. Criou e estamos ainda vivendo desse legado, quando eu falo instrumentos, não é que não criamos novos. Mas esses que expressam o caráter das massas, das lutas das massas e consegue sintetizar, num programa claro, esses anseios dessas massas. Numa leitura mais clássica, como alguns preferem chamar, que ainda nós temos nesse desafio. Esses não são suficientes. Porque nossas inquietações, a participação eleitoral hoje, é uma expressão concreta de que esses instrumentos já não são mais suficientes para dar conta dos nossos desafios nos dias atuais. Temos uma reflexão, enquanto nós não

construirmos o novo, com os velhos instrumentos que a gente precisa seguir o nosso caminho. Nesse desafio de estar pensando. Eu falo isso porque essa é uma questão nossa, do movimento. Que pode ser de vocês que também são militantes sociais, ademais de serem pesquisadores, ou fazem da pesquisa este instrumento de reflexão do nosso campo. Então é um desafio bem maior, porque nós estamos falando de novas referências, que representem não setores particulares. Mas que representem setores de massas. Cada vez mais anseios de massas. Mas têm novos sujeitos que estão aí, que se colocam no cenário e que têm provocado as velhas estruturas. Como colocar eles nesse horizonte da centralidade da pesquisa? Se eu pudesse complementar o que eu disse anteriormente, talvez eu complementaria colocando em evidência esses sujeitos que têm aparecido com muita força. Inclusive organizações clássicas como a nossa. O exemplo concreto no MST. Mulheres, não ser mais apenas uma força numérica. Ser números. Mas ser uma força política na organização. Pautando dimensões que poderiam ser tarefa de toda organização. Mas, uma vez que nós não superamos determinadas relações patriarcais. Ela acaba sendo pauta das mulheres. Então a participação das mulheres como esse sujeito. Eu falo no MST, mas se formos ver em todos os outros espaços as mulheres estão fazendo provocações necessárias. A gente só supera o capital, construindo desde já novas relações entre homens e mulheres. Vou pegar uma frase que uma companheira nossa no MST fez quando o pessoal foi debater agroecologia. Estavam debatendo meta prioritária, ela tem uma fala bem calma: "Gente, eu gostaria de dizer que você não constrói novas relações de produção, você não constrói alimentos sadios com relações doentes". Você não vai produzir de maneira limpa, agroecológica, se você reproduz relações doentes com seu companheiro, sua companheira, com seus filhos, na comunidade. As duas coisas têm que caminhar muito juntas. Então, das mulheres, os sujeitos LGBTs. Instituir o coletivo LGBT no MST, vocês não sabem a história que foi. Não foi simples. Porque era um sujeito que existia, mas que era invisibilizado. Foi extraordinário quando as companheiras e os companheiros disseram: "Olha, o armário já está nos sufocando. Não dá pra dizer que nós somos de um movimento novo, de referência, se a gente não pauta com clareza, tanto quanto estamos pautando a participação das mulheres, mas dos sujeitos LGBTs". Dos negros e negras no MST, que é coisa de 4 anos para cá. Convenhamos, olha a imensa contradição. Nós somos uma organização em que a nossa base social, majoritariamente, estão territorializadas no norte e nordeste deste país. Nós não debatíamos isso. Tem sido uma experiência muito interessante, para ajudar a constranger, pelo constrangimento que às vezes a gente tem provocado, mas também pelo processo de educação dos nossos companheiros e companheiras, da nossa organização como um todo. De que não existe novas relações numa sociedade socialista, como a gente fala nas nossas palavras de ordem e nas nossas místicas, se não rompermos com o racismo estrutural que é muito sutil e precisamos de fato passar por outro processo de superação disso que já está enraizado. Lamentavelmente, na nossa formação e na nossa existência nos dias atuais. Então eu agregaria isso, da gente colocar esses...



Evidenciar esses sujeitos e como a existência deles contribuiu para superação de limites nas organizações populares e, conseqüentemente, amplia, cada vez mais, a possibilidade de nossa bandeira maior, a transformação real da sociedade brasileira, ter ressonância na sociedade. Só cresce, tratar dessas especificidades não divide, como era a preocupação das organizações clássicas, nos anos 1980. "Não, não vamos tratar desse tema, porque a nossa meta, nosso objetivo principal é esse, depois a gente resolve isso. Não vamos falar das mulheres, não vamos falar dos sujeitos LGBTQTs, não vamos falar dos negros e negras, porque isso nos divide. A gente tem que buscar coisas que nos unifica". Como isso nos dias atuais ganha um outro, um processo inverso, porque pode ampliar ainda mais o sentido da nossa existência. Nossa diversidade, a pluralidade, é um elemento de fortalecimento que a gente quer construir, não de divisão. Acho que essa é a novidade, que as novas ferramentas que nós precisamos dar nome ainda e sentido, dar nome, mas incorporando esse sentido que a diversidade pode ser um elemento de fortalecimento da nossa luta maior. Eu agregaria isso, como uma dimensão importante. Claro, olhando também, não só os sujeitos, mas os espaços que ocupamos. Essa conclusão veio muito com as nossas ações de solidariedade, nesse contexto da pandemia. As periferias desse país têm uma capacidade de implodir determinadas relações de dominação do país, tremenda. Evidenciar o papel dos sujeitos que vivem e resistem nas periferias desse país tem sido um desafio pra gente. A gente foi constatando isso, no momento que a gente foi desenvolvendo as ações de doação de alimentos, mas também das marmitas solidárias, a dos agentes solidários de saúde. Foi algo que nos conectou no diálogo. Os Estados que avançaram nisso tem uma outra compreensão de que aliança estratégica é necessária construir. Tem sido interessante isso. Como um igual nosso, que está morando na periferia, que sofre sobre outras bases, mas também opressão, repressão, pode ser esse sujeito das lutas pelas transformações no país. Penso que ver os sujeitos, mas ver também o espaço em que eles ocupam, também pode ser uma dimensão poderosa da gente pensar essas novas ideias, essas novas provocações que vocês têm me perguntado. Eu não vou dar temas, porque eu não saberia dizer. Mas talvez direcionar os sujeitos e os locais, pode ser um caminho, que a gente teria que trilhar juntos para descobrir essas novas possibilidades. O fundamental é isso, da gente se propor, através do sujeito coletivo, da imersão, da vivência nesses espaços como sujeito coletivo, do diálogo, ser isso que pode abrir esses novos horizontes que tanto estamos aspirando para pensar os próximos 10 anos dessa ferramenta, mas das outras. Isso não fala apenas sobre um Instituto que pesquisa, mas para aqueles que organiza e faz a luta. Quando nós definimos, em 2014, o programa de Reforma agrária popular no MST, nós não imaginávamos que teríamos que levar até os dias atuais, 2022, para ainda incorporar elementos que fazem com que a gente compreenda o que é reforma agrária popular. Como ela se diferencia da reforma agrária clássica e como que pode efetivamente ser um contraponto ao agronegócio. Hoje, que passados todos esses anos, que estamos vendo esses exemplos concretos, nos territórios que tem feito com que a gente nos

provoque. Ao ponto de dizer que falamos muito da base de produção, mas nós não provocamos as relações que ainda são doentes. A gente não produz de forma saudável se a gente vive relações doentes, como disse uma dirigente que teve que lutar muito para ser escutada. Não como uma pessoa sozinha, mas como um coletivo de dirigentes que se somaram a outros dirigentes, que tinham uma compreensão que a gente só tinha a ganhar construindo relações de equidade entre homens e mulheres dentro das estruturas organizativas do MST. Hoje que nós estamos materializando novas provocações para a gente incorporar. Tanto que nós vamos atualizar o programa agrário do MST, nos próximos 2 anos, até o sétimo congresso, que a gente quer realizar daqui a 2 anos. Não sabemos se vamos fazer. Porque é lá que bate o martelo, que decide tudo. Mas desse processo da gente atualizar. Uma das dimensões dessa atualização, se refere às relações humanas que nós vamos precisar incorporar em nosso programa. Então vai para além da produção. Olha, 2014 para a gente se dar conta agora. Não é porque nós ficamos mais sabidos. Isso que eu gostaria de falar para encerrar. É a necessidade que nos provoca a pensar nisso. A necessidade nos provocou a debater as novas relações. Foi nesse contexto da pandemia que as violências foram tão grandes, quanto os vírus. Foi vendo, na sociedade como um todo, mas também a partir de nossos territórios. De que nós tínhamos esse desafio de superar essas relações de dominação, de opressão, que precisava... não é como um documento. Precisa ser enfrentada com ações concretas, como tem sido da organização da produção. Então é a necessidade que fez com que nós nos provocássemos, que nos nossos documentos teriam que estar explicitados o que nós nos referíamos como novas relações entre as pessoas, a partir dos territórios, das comunidades. A partir da relação com as cidades que tem sido algo que veio com muita força nesse último período. Enfim, no mais agradecer a paciência de vocês.

**IPDMS:** Gostaríamos muito de agradecer pela sua contribuição. Te ouvir vai ter um significado muito importante nesse balanço dos 10 anos do Instituto. O que é o futuro, qual é o sentido de futuridade que a gente quer construir, pensando o Instituto como um dos elementos de um movimento muito maior e mais profundo de transformação radical da realidade. Foi uma inspiração e uma potência poder te ouvir. Gostaria de agradecer e que esse momento seja também de pesquisa-ação, que seja uma contribuição nossa para sistematização das tuas ideias, da sua forma de ver o mundo. Que a gente possa contribuir também nessa sistematização, também na divulgação das suas ideias, que esse é nosso papel principal, estar aqui apoiando a luta junto com vocês.

**Ayala Ferreira:** Pode contar com a gente, nesse esforço coletivo, das ideias ganhando cada vez mais espaço em outros territórios, em outras realidades. Esse

é o desafio principal para nosso período, nos conectar, reconectar com os sujeitos, com as experiências. Essa é a única forma da gente superar essas relações tão difíceis, como as que temos vivido nesse período. Mais uma vez obrigada pela oportunidade da gente conversar.

## Sobre as autoras e o autor

### **Ayala Lindabeth Dias Ferreira (entrevistada)**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará; Especialização em Residência Agrária/PRONERA pela Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá; Integrante do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **Carla Benitez Martins (entrevistadora)**

Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB); Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Graduada e Mestra em Direito. Doutora em Sociologia. Professora no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira. Integrante do GT Criminologia Crítica e Movimentos Sociais e Coordenadora, junto à professora Mariana Prandini, do GT Gênero e Sexualidade do IPDMS. Membro da Coordenação da Pesquisa “Massacres no campo na Nova República: crime e impunidade”. Integrante do GE-TRS (Grupo de Estudos em Teoria da Reprodução Social)

### **Luiz Otávio Ribas (entrevistador)**

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assessor técnico na Associação de Defesa Ambiental e Social (Aedas), no projeto de assessoria técnica independente das pessoas atingidas pelo desastre de Brumadinho.

A imagem que ilustra esta entrevista retrata o 6º Congresso Nacional do MST, realizado entre 10 a 14 de fevereiro de 2014. O cartaz que ocupa o centro do ginásio foi escolhido para a capa da primeira edição da InSURgência, tendo o dossiê temático formado pelas conferências do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais, realizado no mesmo ano em Curitiba/PR. A fotografia, de autoria desconhecida, está disponível em <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>.